



Prefeitura do Município de Angatuba
Estado de São Paulo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS	
Secretaria/Setor requisitante:	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito Setor de Controle de Frota
Responsável(is) pela elaboração:	Nome: Vivian Pereira da Costa Cargo / nº de matrícula: Coordenadora / 2473
Especificação do objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO, TIPO ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM EM TAQUES PROPRIOS DO MUNICIPIO, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA E VEICULOS POR ELES LOCADOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
Natureza do objeto:	MATERIAL DE CONSUMO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

1.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. O Plano de Contratações Anual (PCA) ainda não foi efetivamente adotado pelo Município para este ano com todas as especificidades que o compõe, contudo, ao elaborar o orçamento do ano corrente, a Secretaria de Planejamento previu um valor aproximado para o consumo de combustível nas fichas de outros serviços pessoa jurídica.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A necessidade de abastecimento da frota de veículos do município é crucial para assegurar a operacionalidade contínua dos veículos, garantindo assim a prestação ininterrupta de serviços essenciais. A análise minuciosa respalda a decisão de buscar soluções externas, levando em consideração a eficiência operacional, a gestão de custos e o direcionamento do foco para as atividades primordiais do município.

3.2. A carência de abastecimento de combustíveis adequado impacta diretamente na eficiência e eficácia das atividades administrativas e no atendimento à população pela Prefeitura. Destacamos a relevância do serviço ao evidenciar como a escassez de combustível compromete, por exemplo, a resposta rápida as emergências, ampliando os riscos à saúde pública, o pleno funcionamento do transporte de alunos e demais abastecimentos de rotina.



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

3.3. Diante desse cenário, é imperativo que sejam implementadas medidas eficazes para assegurar a abastecimento contínuo de combustíveis para os veículos do município. Essas medidas não apenas garantirão a prontidão da equipe em emergências, mas também fortalecerão a capacidade do município em lidar eficazmente com desafios imprevisíveis. Investir em fontes alternativas de energia, otimizar rotas de entrega e promover a eficiência no consumo de combustíveis são passos cruciais para mitigar os impactos negativos causados pela carência de abastecimento.

3.4. Os desafios no abastecimento da **frota própria e de veículos locados** são notáveis, principalmente diante da demanda crescente por deslocamentos eficientes. Torna-se imperativo recorrer a recursos externos, por meio da análise das opções mercadológicas disponíveis, para superar esses obstáculos e assegurar a continuidade das atividades ao município.

3.5. É essencial considerar estratégias que visem otimizar a gestão logística e financeira do abastecimento da frota, bem como promover a sustentabilidade ambiental. Além disso, é crucial explorar formas legais de selecionar fornecedores confiáveis e implementar tecnologias inovadoras que possam melhorar a eficiência no monitoramento do consumo de combustíveis e na manutenção preventiva dos veículos.

3.6. A superação dos desafios no abastecimento da frota de veículos do município não se resume apenas a uma abordagem operacional, mas sim a uma visão abrangente que integra eficiência, sustentabilidade e inovação, deste modo, ao adotar uma abordagem estratégica e holística, será possível garantir o atendimento eficaz da demanda por deslocamentos de diversos setores, assegurando a continuidade das operações e promovendo a excelência nos serviços prestados pelo município.

3.7. A proposta de um local próprio para armazenamento e abastecimento se faz necessária para a melhoria dos serviços prestados, aliados às ocorrências de abastecimento em horários em que os postos locais não funcionam, devido às demandas de viagens, em especial da saúde, onde a maioria das saídas destes veículos ocorre na madrugada, associados ainda ao maior controle do recebimento, armazenamento e distribuição correta dos combustíveis nos veículos oficiais e locados.

3.8. Atualmente, utiliza-se do **Contrato nº 056/2024** para o referido fornecimento, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, VISANDO O FORNECIMENTO DE DIESEL S10 E GASOLINA COMUM, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA**, com vencimento em 19/04/2025. Ocorre que, com a modernização da Administração Pública, com o advento da Lei nº 14.133, de 2021, e com as novas ferramentas disponíveis no mercado, outras soluções devem ser pensadas.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O objeto não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 601/2021.

4.1.1. Ainda, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, os bens têm natureza comum.

4.1.2. As particularidades de cada item estarão contidas nas respectivas especificações dos materiais no Termo de Referência.

4.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O objeto visa atender as necessidades eventuais do Setor requisitante, através de aquisições ou contratações parceladas ao longo de sua vigência, sendo que as quantidades constantes no item 7 do ETP são apenas estimativas.

4.2.2. A escolha da Licitação pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) ampara-se no art. 3º do Decreto Municipal nº 842/2024, que dispõe:



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

Art. 3º. O SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I- quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II- quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III- quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV- quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (grifei).

4.2.2.1. Conforme o grifo acima, o objeto ora pretendido se enquadra na discorrida condição, onde a própria natureza do objeto não permite sua aquisição por inteiro, de forma única, tampouco estimar com clareza métricas de consumo. O ideal buscado pela Administração são entregas periódicas, que atenda a demanda prévia de cada Requisitante, mantendo sempre níveis seguros de cada tipo de combustível armazenado em tanque próprio, para que a frota municipal mantenha seu pleno funcionamento, e os serviços atendam e satisfaçam necessidades coletivas.

4.2.2.2. O TCE-SP em diversas ocasiões julgou regular a compra de combustíveis pelo Sistema de Registro de Preços, como em seu processo TC-00005772.989.17-4 - SENTENÇA DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS:

DECISÃO

Constato nos autos que as aquisições combustíveis e suas consequentes despesas, como registrado pelo Órgão de Instrução, podem ser consideradas regulares com recomendações. As aquisições objetivaram o abastecimento de veículos e equipamentos pertencentes à frota Municipal, essenciais para o cumprimento de suas atividades finalísticas e administrativas. (...)

(...) Por derradeiro, ao instruir o processo TC-5837.989.17 que trata da Execução Contratual, a Fiscalização concluiu que **não foram constatadas irregularidades na execução do objeto contratado**, estando quantitativa e qualitativamente de acordo com as cláusulas contratuais. (grifei).

4.2.2.3. E ainda, importante citar o Artigo “Por Que o sistema de Registro de Preços?” de Sérgio Ciquera Rossi, então Secretário-Diretor Geral e hoje Chefe de Gabinete da Presidência do TCE-SP – publicado em 12/07/2023:

Consoante redação contida no artigo 40, inciso II, as compras terão “processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente”. Noutros termos, estabeleceu-se ali que o sistema de registro de preços não se aplica a toda e qualquer compra, mas sempre em razão da “expectativa de consumo anual” – de acordo com o caput do mesmo artigo.

Assim, depreende-se que o sistema de registro de preços deverá, sempre, ser utilizado para compras que se farão necessárias ao longo do exercício. Relembre-se que o artigo 84, ao estabelecer o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, delimita que sua vigência será de 1 (um) ano, passível de prorrogação por mais 1 (um) ano. Por óbvio que tal prorrogação deve ser feita somente após a demonstração efetiva de vantajosidade para a Administração, decorrente da aferição da compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados pelo mercado correlato.

Sem embargo, faz-se importante destacar que esse instituto representa instrumento que, calcado nos ditames procedimentais previsto pela norma, permitirá a repetição de compras sem que isso caracterize fracionamento de certame. Um bom exemplo é a compra de carne para a alimentação escolar, que poderá ser realizada inclusive diariamente, sem que isso represente qualquer ofensa à Lei. (...)

(...) Muito mais poderia ser dito, todavia, considero que as razões alinhadas demonstram a conveniência do sistema de registro de preços. Vale anotar, por fim, que o registro de preços não é modalidade licitatória,



Prefeitura do Município de Angatuba

Estado de São Paulo

mas instrumento auxiliar, como prevê expressamente o artigo 78, inciso IV, da Lei 14.133/2021. A adoção dessa sistemática, portanto, resultará na eficácia e eficiência do gasto público.

4.3. Para o problema indicado ser solucionado, entende-se necessário que a futura contratada atenda aos seguintes requisitos:

- a) A empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar a Autorização/Licença de Operação emitida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em sua plena validade, nos termos das Resoluções nº 950/2023 e 960/2023 da ANP, ou outra que vier a substituí-las;**
- b) Os combustíveis também deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor;**
- c) A empresa vencedora será responsável pelo abastecimento dos tanques aéreos horizontais pertencentes à Prefeitura Municipal de Angatuba, sem qualquer custo adicional, utilizando os equipamentos indispensáveis para o acondicionamento e abastecimento de combustíveis.**

4.4. Sustentabilidade

4.4.1. Além dos critérios de sustentabilidade já eventualmente inseridos no objeto da contratação, entende-se necessário:

- a) O armazenamento do combustível automotivo em tanque subterrâneo, exceto nos casos de revenda varejista marítima e revenda varejista flutuante, cujos tanques podem ser do tipo aéreo, observadas as normas específicas de qualidade, segurança e meio ambiente;**
- b) A empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar o Licenciamento Ambiental, nos termos da Resolução nº 273, de 295 de novembro de 2000, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).**

4.5. Da amostra

4.5.1. Não será necessária a avaliação de amostra para aceitabilidade da proposta.

4.6. Subcontratação

4.6.1. Para a contratação em questão, é vedada a subcontratação, nos termos do artigo 122, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.7. Garantia da contratação

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens de maneira pontual em que somente serão pagos o(s) fornecedor(es) que entregar(em) conforme o solicitado.

4.7.2. Garantia dos produtos/serviços

4.7.2.1. O prazo de garantia dos produtos e/ou serviços é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.8. Prazo e condições mínimas de entrega:

4.8.1. O fornecimento dos combustíveis deverá ser de forma parcelada, conforme necessidade das Secretarias Municipais. Somente será permitida a realização do abastecimento dos tanques após prévia autorização requisitória, emitida pela Secretaria Requisitante ou pelo responsável designado para esse fim. O abastecimento deverá ser realizado exclusivamente mediante a apresentação, por parte do motorista, a autorização requisitória previamente enviada pela municipalidade.

4.8.1.1. O fornecimento de combustível para armazenamento dos tanques ocorrerá, exclusivamente, de segunda à sexta, das 08h às 16h.



Prefeitura do Município de Angatuba

Estado de São Paulo

4.8.1.2. O local de entrega será provisoriamente a Rua Major Pereira de Moraes, nº 245, centro, Angatuba/SP, podendo mudar futuramente de acordo com melhorias nas instalações de abastecimento da municipalidade.

4.8.2. Os combustíveis deverão ser armazenados e transportados de maneira adequada, observando rigorosamente as legislações e normas vigente. A responsabilidade pelo cumprimento dessa exigência será integralmente da empresa contratada.

4.8.3. A Prefeitura se reserva o direito, durante o prazo de vigência da ata, de exercer quaisquer outros meios de controle e fiscalização.

4.8.4. A Contratada se compromete a prestar os serviços com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.

4.8.5. O controle de qualidade será realizado de acordo com as características do produto, sendo que em caso de não corresponder às exigências mencionadas, o combustível será rejeitado, ficando a empresa fornecedora sujeita a substituí-lo imediatamente, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

4.9. Da não adoção da Intenção do Registro de Preços (IRP)

4.9.1. A não adoção da IRP para o presente processo licitatório justifica-se pela estrutura adotada pelo Município de Angatuba para o gerenciamento do abastecimento, bem como pela necessidade de celeridade na conclusão do certame.

4.9.2. O abastecimento da frota municipal será centralizado em uma unidade própria, gerida pela Prefeitura, o que requer organização logística específica e compatível com a realidade local. Além disso, o objeto da presente licitação foi estruturado de modo a atender, de forma conjunta e unificada, a todos os órgãos e secretarias da Administração Pública Municipal, por meio de um único processo, o que demonstra a racionalização e centralização interna da demanda.

4.9.3. A adoção da IRP, conforme disposto no Decreto Municipal nº 842/2023, tem por objetivo a ampliação do processo a outros entes federativos, permitindo a participação em compras compartilhadas. Contudo, tal ampliação não se mostra adequada ao caso, tendo em vista que a estrutura logística adotada pela Prefeitura está diretamente condicionada à realidade territorial do Município, à disponibilidade local dos combustíveis e à operação eficiente da unidade central de abastecimento. A eventual adesão de outros entes poderia gerar incompatibilidades operacionais, dificultando o gerenciamento do fornecimento e prejudicando a eficiência pretendida.

4.9.4. Além disso, a adoção da IRP implicaria prazos adicionais destinados à manifestação de interesse por parte de outros entes, o que poderia retardar a conclusão do certame. Considerando que o fornecimento de combustíveis é indispensável à prestação de serviços públicos essenciais — como transporte escolar, coleta de lixo, serviços de saúde e transporte de servidores —, a postergação da contratação pode comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços.

4.9.5. Destaca-se, ainda, que não há histórico de interesse ou adesão de outros órgãos a registros de preços similares promovidos pelo Município na área de combustíveis, o que reforça a inviabilidade prática da adoção da IRP neste caso. Dessa forma, a não utilização do mecanismo está amparada na necessidade de assegurar a celeridade do processo, a compatibilidade com a estrutura logística local e a continuidade dos serviços públicos.

4.10. Da impossibilidade de adesão à ARP por outros órgãos (carona)

4.10.1. A Prefeitura de Angatuba não possui estrutura administrativa suficiente para gerir solicitações de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes, nos termos do art. 86, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

4.10.1. O planejamento da contratação considerou exclusivamente as necessidades da Administração Municipal, com base em consumo previsto, controle de abastecimento centralizado e logística ajustada à realidade local.

4.10.1. A adesão por carona poderia gerar demanda adicional não prevista, dificultando o controle da execução



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

contratual e comprometendo a regularidade do fornecimento à frota do Município.

4.10.1. A gestão e fiscalização da fornecedora foram dimensionadas para atender apenas aos órgãos da Administração direta municipal. Incluir entes externos traria complexidade operacional e risco à execução contratual.

4.10.1. A vedação à adesão por órgãos não participantes assegura o cumprimento do planejamento, a eficiência da contratação e a continuidade dos serviços públicos municipais.

5. LEVANTAMENTO DO MERCADO

5.1. Por meio de consulta em refinarias e distribuidoras que atendem a região onde se localiza o município de Angatuba e proximidades, os quais são potenciais possíveis fornecedores ao objeto pretendido:

EMPRESA	TELEFONE	E-MAIL	CIDADE
Petrocamp	(19) 99521-0794	leandro@samtec.net.br	Paulínia/SP
Ruff Distribuidora de Combustíveis	(19) 2101-7833	ruffl@ruff.com.br	Paulínia/SP
Petroexpress Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda	(14) 3283-8366	lucimara.dalmora@petroexpress.com.br	Pederneiras/SP
Ciাপetro Distribuidora de Combustíveis Ltda	(44) 3019-6400	lucas@uauh.com.br	Bauru/SP

5.2. Analisando o mercado, entendem-se viáveis as seguintes alternativas, indicadas com os seus prós e contras:

5.2.1. SOLUÇÃO 01: CONTRATAÇÃO DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, POR MEIO DE PREGÃO:

Para a contratação do abastecimento da frota de veículos do município, o mercado oferece a possibilidade de contratação junto a postos de combustíveis. A partir da estimativa de consumo, pode-se realizar uma licitação, com o critério de julgamento sendo o MENOR PREÇO por item.

A utilização do julgamento do menor preço ofertado pode ser comprometida devido à variação de custos dos combustíveis, exigindo o constante reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos formalizados. A exemplo do **contrato nº 047/2021 (pregão presencial nº 019/2021)**, que durante toda sua vigência houve dezesseis reequilíbrios econômico-financeiros, haja vista que o preço dos combustíveis é muito suscetível a variações constantes por diversos fatores, como¹:

- Flutuação do preço do barril no mercado internacional (Paridade Internacional – PPI),
- Tributação excessiva (ICMS, CIDE, PIS, PASEP e COFINS),
- Seus próprios custos de distribuição e revenda,
- Produção global de petróleo bruto,
- Conflitos internacionais e crises de saúde pública resultam em efeitos negativos para a precificação, como a guerra entre Ucrânia e Rússia e a Covid-19, que passaram a coexistir a partir de 2021.

¹ Entenda quais fatores levam a alta dos combustíveis: <https://www.webposto.com.br/blog/economia/entenda-quais-fatores>



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

5.2.2. SOLUÇÃO 02: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAR REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

O modelo predominante no mercado consiste na contratação de uma empresa especializada para gerenciar rede credenciada responsável pelo abastecimento de veículos, atendendo as demandas da Administração sempre que necessário. Nesse tipo de contrato, a empresa contratada assume a gestão do serviço de abastecimento veicular para terceiros, utilizando cartões personalizados com senhas individuais. Esses cartões podem ser utilizados em qualquer posto da rede credenciada. Ao término do período contratual estipulado, a empresa contratada emite a fatura pelos abastecimentos realizados. A Administração efetua o pagamento à gerenciadora, desvinculando as obrigações administrativas desta, com os postos de combustíveis.

Esse modelo de contratação torna-se mais vantajoso quando há a necessidade de abastecimentos fora do limite territorial, expandindo a rede credenciada para atender demandas em âmbito estadual, ou até mesmo nacional, utilizando cartão magnético. A empresa, por sua vez, deve apresentar relatórios detalhados de gastos, preços praticados, identificação do usuário e informações sobre os postos de combustíveis fornecedores.

Apesar de a contratação de uma rede de abastecimento de combustíveis beneficiar a Prefeitura Municipal, essa opção implicaria na contratação de serviços além do necessário, sujeita a cobranças de taxas pela rede de abastecimento, pois, a título de exemplo, possuímos recurso informatizado de gestão de frotas em nosso atual sistema de gestão pública, conforme contrato nº 047/2024. Ainda, a Prefeitura Municipal não demanda abastecimentos em diversas localidades, portanto, tal contratação seria excessiva.

Analisa-se que as **vantagens** são:

- Maior controle do processo de abastecimento em si;
- Maior rede de cobertura, flexibilizando o sistema de abastecimento e consequentemente minorando eventual inoperabilidade;
- Menor dependência a um único fornecedor;
- Maior distribuição de renda;
- Ampla disponibilidade dos combustíveis do mercado; e
- Afastamento de responsabilidades e despesas funcionais.

Analisa-se que as **desvantagens** são:

- Dependência da operacionalidade tecnológica da Contratada;
- Maior variação do custo do valor do combustível; e
- Alto risco de desvios;
- Quarteirização dos serviços.

5.2.3. SOLUÇÃO 03: UNIDADE DE ABASTECIMENTO CENTRAL GERIDA PELO PODER PÚBLICO

A solução em questão já foi utilizada pelo município em anos anteriores, até março de 2020, através do contrato nº 061/2018, onde consiste em manter uma unidade centralizada, situada na Garagem Municipal, sito a Rua Major Pereira de Moraes, nº 245, Centro – Angatuba/SP, havendo apenas a aquisição dos combustíveis para armazenamento em tanque próprio.

Devido à localização dos tanques acima referenciados estarem em APP, tal modalidade de serviço foi desabilitada. Entretanto esta nova proposta, inclui neste momento a aquisição de tanques aéreos com capacidade de 7.500 (sete mil e quinhentos) litros cada, contendo bacias de contenção em alvenaria, bombas e demais equipamentos necessários para o abastecimento.



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

Sendo assim, esta solução conduz para que fique sob responsabilidade do Município:

- Unidades de abastecimento;
- Servidores entre as funções de frentistas, escriturários e serviços gerais;
- Unidade administrativa;
- Serviços de informática para integração com o Almoxarifado; e
- Adequação às regulamentações e normas técnicas para distribuição de gasolina comum e diesel S10.

Com os estudos realizados pela Prefeitura de adequar um novo local para a instalação destas bombas, tal **proposta** torna-se **mais vantajosa** à municipalidade. Considerando ainda que hoje a administração conta com um setor de Gestão de Frotas o qual acarretara a responsabilidade do controle dos abastecimentos em veículos e maquinários, contando ainda com frentistas que podem e devem exercer sua real função da administração, melhorando assim o fluxo dos serviços.

Um fator importante a ser considerado são os custos dos combustíveis diretos nas bombas de postos de combustível, os quais sofrem variações semanais/mensais e afetam diretamente a execução do contrato, além do horário comercial de funcionamento que não atende plenamente as necessidades de abastecimento da frota. Enquanto comprando em grande quantidade com distribuidores, o valor pode ser negociado, trazendo economia à administração, e armazenando em tanques de domínio da municipalidade, e utilizando o sistema próprio de abastecimento, a frota pode ser abastecida em períodos estendidos, otimizando a escala de utilização dos veículos.

Analisa-se que as **vantagens** são:

- Maior controle do processo de abastecimento;
- Maior possibilidade de redução de custos, dado o volume da contratação;
- Possibilidade de abastecimentos em horários em que os postos de combustíveis não funcionam;
- Melhoria no controle de utilização dos combustíveis pelos funcionários;
- Melhoria e estabilidade no preço contratado;
- Como se trata de uma proposta em comodato, cabe à municipalidade, apenas zelar pelo bem do terceiro; e
- Flexibilidade nos horários de trabalho.

Analisa-se que as **desvantagens** são:

- Responsabilidades e despesas funcionais;
- Custo de construção da unidade de abastecimento em local adequado;

5.2.4. SOLUÇÃO 04: CREDENCIAMENTO DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

A solução em questão fundamenta-se no inciso III do art. 79 da Lei nº 14.133/2021. Tal modelo permite a contratação de diversos fornecedores habilitados de forma contínua, conforme a demanda. Como critério de ajuste de preços, utiliza-se a **tabela de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**, atualizada semanalmente, como referência para garantir adequação às oscilações de mercado e minimizar distorções econômicas durante a vigência do contrato.

A solução em questão visa à realização de um edital de chamamento público de credenciamento, garantindo uniformidade de condições. O preço utilizado pelos editais analisados alude-se ao aferido



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

semanalmente pela ANP, geralmente aplicando-se o desconto de 1% ou menos sobre o mesmo. No caso, ainda é estabelecido um raio de postos aptos a participar do credenciamento, tendo como ponto zero a Garagem Municipal.

O processo de credenciamento é um procedimento de seleção contínua no qual qualquer fornecedor que atenda aos requisitos do edital pode ser credenciado, sem a limitação de um único vencedor, como ocorre nas licitações convencionais. Após a habilitação, os postos de combustível passam a compor um cadastro de fornecedores aptos a prestar serviços à Administração. A contratação e fornecimento ocorrem conforme a conveniência e a necessidade da Administração, podendo ser escolhidos os postos que ofereçam maior proximidade geográfica ou melhor logística operacional. Cabe ressaltar que há um credenciamento aberto no município, entretanto, não acudiu nenhum interessado em se credenciar.

A utilização da tabela de preços da ANP como parâmetro de atualização semanal é estratégica, pois reflete o preço mínimo, médio ponderado e máximo dos combustíveis em diferentes regiões do país. A tabela, publicada periodicamente, permite que a Administração Pública mantenha os preços contratuais alinhados com a variação do mercado, mitigando o risco de defasagem nos valores contratados. Essa atualização regular assegura que os custos com combustíveis estejam de acordo com os preços vigentes, respeitando a variação do mercado e evitando prejuízos econômicos.

Em resumo, essa modelagem de contratação associada à tabela ANP como mecanismo de atualização de preços, oferece flexibilidade operacional e aderência às variações de mercado. Entretanto, requer uma gestão administrativa eficiente e mecanismos de controle adequados para garantir a conformidade contratual e minimizar os impactos de volatilidade nos preços de combustíveis.

Analisa-se que as **vantagens** são:

- Afastamento de responsabilidades e despesas funcionais;
- Maior rede de cobertura, flexibilizando o sistema de abastecimento e consequentemente minorando eventual inoperabilidade;
- Ampla disponibilidade dos combustíveis do mercado;
- Afastamento de responsabilidades e despesas funcionais;
- Menor dependência a um único fornecedor; e
- Maior distribuição de renda.

Analisa-se que as **desvantagens** são:

- Maior variação do custo do valor do combustível; e
- Maior dificuldade de controle de abastecimento.

5.3. Análise comparativa das soluções evidenciadas:

SOLUÇÃO	PRÓS	CONTRAS
S1: CONTRATAÇÃO DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, POR MEIO DE PREGÃO	<ul style="list-style-type: none">• Maior controle sobre os contratos, por haver no máximo dois postos contratados; e• Afastamento de responsabilidades e despesas funcionais.	<ul style="list-style-type: none">• Maior dependência a um único fornecedor;• Menor rede de cobertura, estando mais suscetível a eventual inoperabilidade;• Impossibilidade de uma logística mais flexível;



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

		<ul style="list-style-type: none">• Maior variação do custo do valor do combustível;• Maior dependência a um único fornecedor; e• Menor distribuição de renda.
S2: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAR REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEL	<ul style="list-style-type: none">• Maior controle do processo de abastecimento em si;• Maior rede de cobertura, flexibilizando o sistema de abastecimento e consequentemente minorando eventual inoperabilidade;• Menor dependência a um único fornecedor;• Maior distribuição de renda;• Ampla disponibilidade dos combustíveis do mercado; e• Afastamento de responsabilidades e despesas funcionais.	<ul style="list-style-type: none">• Dependência da operacionalidade tecnológica da Contratada;• Maior variação do custo do valor do combustível; e• Alto risco de desvios.
S3: UNIDADE DE ABASTECIMENTO CENTRAL GERIDA PELO PODER PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none">• Maior controle do processo de abastecimento em si;• Maior possibilidade de redução de custos, dado o volume da contratação;• Possibilidade de abastecimentos em horários em que os postos de combustíveis não funcionam;• Melhoria no controle de utilização dos combustíveis pelos funcionários;• Melhoria e estabilidade no preço contratado;• Como se trata de uma proposta em comodato, cabe à municipalidade, apenas zelar pelo bem do terceiro; e• Flexibilidade nos horários de trabalho.	<ul style="list-style-type: none">• Responsabilidades e despesas funcionais;• Custo de construção da unidade de abastecimento em local adequado;
S4: AMPLO CREDENCIAMENTO DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS	<ul style="list-style-type: none">• Afastamento de responsabilidades e despesas funcionais;• Maior rede de cobertura, flexibilizando o sistema de abastecimento e consequentemente minorando eventual inoperabilidade;• Ampla disponibilidade dos combustíveis do mercado;• Afastamento de responsabilidades e despesas funcionais;	<ul style="list-style-type: none">• Maior variação do custo do valor do combustível; e• Maior dificuldade de controle de abastecimento.



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

	<ul style="list-style-type: none">• Menor dependência a um único fornecedor; e• Maior distribuição de renda.	
--	---	--

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Após o estudo das melhores opções disponíveis para atender a demanda de abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal, a alternativa que se destacou como a mais vantajosa foi a **SOLUÇÃO 03: UNIDADE DE ABASTECIMENTO CENTRAL, GERIDA PELO PODER PÚBLICO**. Este delineamento estratégico deve ser cuidadosamente explicitado no Termo de Referência, estabelecendo as bases para uma gestão eficiente e transparente.

6.2. A seleção criteriosa da empresa fornecedora, embasada nas exigências legais de documentos de habilitação técnica, assegura a escolha de empresas idôneas, com comprovada *expertise* logística e operacional que garantirá um abastecimento regular e contínuo para a frota de veículos utilizada por todos os profissionais da Prefeitura Municipal, fortalecendo a eficiência operacional do órgão.

6.3. Destaca-se que, conforme evidenciado na tabela do item 5.3, esta opção não apenas se destaca como a mais vantajosa, mas também proporciona economias significativas. Além de garantir à gestão maior controle sobre o abastecimento.

6.4. Da hipótese de unidade de abastecimento central gerido pelo poder público, aplicada:

6.4.1. O presente procedimento objetiva o REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO, TIPO ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM EM TAQUES PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA E VEÍCULOS POR ELES LOCADOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

6.4.2. Diante dos argumentos apresentados, a adoção do pregão para a aquisição de combustível, tipo óleo diesel S10 e gasolina comum, é a solução mais vantajosa.

6.4.3. Acrescentamos que a solução é compatível com o modelo do Sistema de Registro de Preços, uma vez que permite a aquisição gradual conforme a necessidade, sem comprometer a previsibilidade e a economicidade do processo. gestão pública direta da unidade de abastecimento evita fraudes, desvios e inconsistências nos fornecimentos, além de permitir maior eficiência na programação de consumo da frota municipal. Essa estrutura facilita o planejamento orçamentário, a fiscalização da execução contratual da fornecedora e a verificação da conformidade entre os quantitativos registrados e a demanda real da Administração.

6.5. Critérios de distribuição da demanda - modelo de abastecimento semanal

6.5.1. O município de Angatuba/SP adotará o **abastecimento periódico** de seus tanques aéreos de combustíveis. A Autorização de Fornecimento será emitida pela Secretaria de Segurança Pública, através do Setor de Gestão de Frotas, tendo a empresa vencedora 24 (vinte e quatro) para atender à solicitação de abastecimento. Pois dessa forma a municipalidade atinge a flexibilidade para que todos os veículos, maquinários e equipamentos de sua posse sejam abastecidos, facilitando o planejamento logístico e o atendimento das necessidades da frota municipal.

6.6. Conclusão

6.6.1. O modelo de abastecimento periódico, com preços previamente estabelecidos, garante uma distribuição justa e eficiente que atende plenamente às necessidades da frota da Prefeitura. Esse critério proporciona simplicidade e transparência ao processo, sem comprometer a logística dos abastecimentos. Ao realizar o abastecimento semanal, a Administração elimina o risco de insuficiência de combustível para atender à demanda,



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

já que estudos indicam que os tanques têm capacidade para cerca de duas semanas de consumo da frota. Assim, o abastecimento semanal traz para Prefeitura segurança nos níveis de cada tipo de combustível.

6.7. Impossibilidade de participação de CONSÓRCIO

6.7.1. A Lei nº 14.133, de 2021, estipula no art. 15 que, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

6.7.2. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é de grande vulto econômico, ou seja, o estudo técnico preliminar não trazem nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

6.7.3. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

6.7.4. Como já dito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação exigidos. Nesses casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

6.7.5. A medida adotada com relação à vedação à participação de consórcios para o caso concreto da presente licitação, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam executar o objeto, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/cartéis para manipular os preços nas licitações.

6.7.6. Sem querer ser prolixo, temos que, conforme linhas anteriores, o presente procedimento tem como objeto a contratação de serviço comum, que é de técnica usual para o mercado, o que está em perfeita harmonia com o entendimento acima posto.

6.7.7. Vide, ainda, que a possibilidade de aglutinação de empresas em regime de consórcio acarretaria no efeito de que a competitividade, neste caso, viria a diminuir e, ato contínuo, impossibilitaria a Administração a auferir condições mais vantajosas para a pretensa contratação.

6.7.8. Cabe ressaltar que é notória a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, suscitando condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

6.7.9. Então, neste caso, a Administração, com vistas a aumentar o número de participante se ao aferimento de condições (economicidade e eficiência) que atendam o interesse público, **VEDA a participação de empresas constituídas na forma de consórcio.**

6.7.10. Tal decisão é razoável, necessária e adequada, tendo em vista que esta tem o condão de exatamente afastar a restrição à competição e, consequentemente, proporcionar maior eficiência e economicidade ao ato.

6.8. Participação de COOPERATIVA

6.8.1. Na Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu-se no art. 9º, inciso I, alínea ‘a’:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que: a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, **inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas [...]**. (GRIFEI).



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

6.8.2. Conforme art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

- a) A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- b) A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- c) Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- d) O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

6.8.3. Dessa forma, admite-se a participação de cooperativas que atenderem as disposições da lei.

6.9. Da Impossibilidade de participação de pessoa física

6.9.1. A execução do objeto é incompatível com a natureza profissional da pessoa física, pois trata-se de fornecimento que exige uma estrutura mínima para atendimento às demandas, como a disponibilização e gestão de diversos profissionais, materiais, insumos e equipamentos, quando necessários.

6.9.2. Assim sendo, avaliando a realidade do mercado para este objeto, não será permitida a participação de pessoa física.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.
01	Diesel S10	L	435.275,94
02	Gasolina comum	L	237.723,43

7.2. As unidades e especificações de itens presentes na tabela são justificadas com base nos seguintes critérios:

- a) Consumo total de ambos os itens, num período de três meses, conforme relatórios do sistema LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA, antiga contratada para os serviços de gerenciamento da distribuição de combustível para a frota municipal.
- b) Consumo total de ambos os itens, num período de seis meses, conforme relatórios do sistema de lançamento de notas (SMARAPD) durante o período do contrato emergencial, atual contratada para o fornecimento dos combustíveis.
- c) Levantamento de consumo de setores e secretarias não contemplados em contratos anteriores, os quais necessitam de quantitativos previstos de consumo para suas atividades.
- d) Segue no Anexo I deste ETP o detalhamento acerca da estimativa das quantidades por setor, cada qual com um acréscimo percentual para mitigar riscos de desabastecimento num período de doze meses.

8. ESTIMATIVA DE VALORES



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

8.1. Em cumprimento às determinações da Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997, artigo 8º), a ANP acompanha os preços praticados por revendedores de combustíveis automotivos e de gás liquefeito de petróleo envasilhado em botijões de 13 quilos (GLP P13), por meio de uma pesquisa semanal de preços realizada por empresa contratada.

8.2. O Levantamento de Preços de Combustíveis (LPC), programa que substituiu, em setembro de 2020, o Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis (LPMCC), abrange gasolina C (comum), etanol hidratado, óleo diesel B, GNV e GLP P13 pesquisados em 459 localidades, segundo procedimentos estabelecidos pela Portaria ANP nº 202/2000.

8.3. O LPC é a mais abrangente pesquisa de preços de combustíveis automotivos e de GLP do País, que oferece referências para o mercado, órgãos de governo e a sociedade civil em geral. Políticas públicas como o auxílio 'Gás dos Brasileiros', recentemente criado pela Lei nº 14.237/2021, utilizam-se dos dados de preços gerados pelo LPC.

8.4. Em 26 de setembro de 2022, após regular procedimento licitatório, a ANP contratou empresa especializada para realizar o LPC. De modo a garantir a confiabilidade dos dados, os pesquisadores coletam os preços mediante aplicativo eletrônico instalado em aparelho celular equipado com GPS e câmera. Assim, toda visita pode ser confirmada pela confrontação de coordenadas de geolocalização e pela foto do Quadro de Avisos. Já os preços, podem ser auditados mediante foto do Painel de Preços da revenda.

8.5. Evidente que os preços referenciais para o processo licitatório devem tomar como base a tabela ANP, podendo ser aplicado algum desconto sobre o preço médio, ou sobre o menor preço, ou sobre o maior preço.

8.6. Ocorre que, nos preços divulgados pela ANP, **não contempla o município de Angatuba**, obrigando-nos a se valer dos preços referenciais do município de Itapetininga/SP, sendo o mais próximo.

8.7. Para fins deste estudo, solicitamos orçamentos às refinarias e distribuidoras da região de Sorocaba e proximidades, no fim de se definir adequadamente a utilização da tabela ANP (preço mínimo, médio ou máximo), para que não ocorra a formalização de um processo com preço inexequível pelos postos e nem com sobrepreço. Sendo assim, foram contatados os seguintes fornecedores, identificados anteriormente no tópico 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

EMPRESA	TELEFONE	E-MAIL	CIDADE
Petrocamp	(19) 99521-0794	leandro@samtec.net.br	Paulínia/SP
Ruff Distribuidora de Combustíveis	(19) 2101-7833	ruffl@ruff.com.br	Paulínia/SP
Petroexpress Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda	(14) 3283-8366	lucimara.dalmora@petroexpress.com.br	Pederneiras/SP
Ciapetro Distribuidora de Combustíveis Ltda	(44) 3019-6400	lucas@uauh.com.br	Bauru/SP

8.8. Na sequência, foram obtidos os seguintes preços unitários, relativo ao período de análise da presente etapa do ETP:

8.8.1. Preços coletados entre 17/03/2025 e 24/03/2025:

ITEM	DESCRIÇÃO	PETROCAMP	RUFF DISTRIBUIDORA	PETROEXPRESS DISTRIBUIDORA	CIAPETRO DISTRIBUIDORA
1	Gasolina comum	Não possui	R\$5,33	R\$5,90	R\$6,47
2	Diesel S10	6,29	R\$5,72	R\$6,30	R\$6,75

8.9. O valor estimado total desta contratação é de **R\$ 4.148.389,03 (Quatro milhões, cento e quarenta e oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e três centavos).**



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

8.10. Os valores unitários e totais estimativos de cada item se encontram resumidos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Diesel S10	L	435.275,94	R\$ 6,27	R\$ 2.729.180,15
02	Gasolina comum	L	237.723,43	R\$ 5,97	R\$ 1.419.208,88
VALOR GLOBAL DA ESTIMATIVA: R\$ 4.148.389,03					

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O princípio do parcelamento previsto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021 determina como regra a segmentação do objeto em itens, para promover maior competitividade e evitar a concentração de mercado, desde que seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração. Neste caso, a divisão por itens é tecnicamente inviável, pois permitiria a contratação de uma empresa para cada um dos tipos de combustíveis pretendidos.

9.2. A formação de um único lote com dois itens se justifica pela similaridade na natureza dos produtos, ambos sendo combustíveis derivados de petróleo, essa junção visa promover eficiência administrativa e logística, uma vez que ambos compartilham características semelhantes quanto ao armazenamento, transporte e comercialização. Outrossim a inclusão em um único lote facilita a gestão contratual, permitindo a administração acompanhar e controlar o fornecimento de combustíveis de maneira unificada, reduzindo custos operacionais associados à fiscalização e execução do contrato. Enquanto dividir os itens pode gerar disparidades nos prazos e condições de entrega, interferindo diretamente no abastecimento da frota municipal, e consequentemente nos serviços por ela executados.

9.3. Essa estratégia também pode estimular uma maior competitividade no processo licitatório, atraindo fornecedores que dispõem da capacidade logística para atender às duas demandas simultaneamente, garantindo melhores condições de preço e qualidade. Por fim, entende-se que essa configuração respeita os princípios da economicidade e eficiência, primando por soluções que otimizem o uso de recursos públicos sem comprometer a ampla concorrência entre os interessados na licitação.

9.4. O próprio TCU já entendeu que seria legítima a reunião de elementos de mesma característica, quando a adjudicação de itens isolados onerar “o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e celeridade processual”, o que pode comprometer a seleção da proposta mais vantajosa (Acórdão nº 5301/2013. Segunda Câmara. Rel. Ministro André Luis).

9.5. Dessa forma, em busca de reduzir riscos operacionais, impactos diretos nas prestações de serviços executados pelos veículos e máquinas que usam tais combustíveis, e otimizar a gestão dos recursos públicos, esta Administração opta por aglutinar os itens em um lote único.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não foram encontradas contratações correlatas, ou seja, aquelas cujos objetos são similares ou correspondente a esta pretensa contratação. Da mesma forma, não foram (e não serão necessárias) encontradas contratações interdependentes que devam ser contratadas juntamente com este objeto para a plena satisfação da necessidade da Administração.



Prefeitura do Município de Angatuba Estado de São Paulo

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

TIPO	ASSINALAR	DETALHAMENTO
Ganho de produtividade	X	Melhoria na logística de abastecimento de maquinários e em especial as viagens do setor de transporte da Saúde
Redução de esforço		
Redução de custo	X	Preços abaixo dos aplicados diretos nas bombas de postos de abastecimentos, menor índice de alterações e reajustes de valores
Redução de uso de recursos		
Melhoria de controle	X	Maior eficiência administrativa em detrimento de gerenciamento do contrato formalizado com o próprio fornecedor de combustível automotivo
Redução de riscos	X	Fornecimento mais seguro, evitando interrupção
Cumprimento de determinação administrativa		
Melhoria/adequação nas instalações físicas		

12. PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A administração deverá, antecipadamente, preparar o local destinado ao abastecimento, no qual serão instalados tanques e kits de abastecimento novos. Tanto o espaço quanto os equipamentos deverão estar em pleno funcionamento antes do início do fornecimento dos combustíveis.

12.2. Além das atividades de Gestão e Fiscalização do Contrato, a Administração deverá designar, dentre os integrantes de seu quadro de funcionários, um responsável exclusivo pelos abastecimentos. Este profissional será encarregado de emitir as requisições prévias para as entregas dos combustíveis.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

13.1. No que se refere aos potenciais impactos ambientais decorrentes da contratação para o abastecimento da frota, é essencial considerar fatores como a emissão de poluentes atmosféricos resultante da queima de combustíveis fósseis, que contribui para o agravamento do efeito estufa e prejudica a qualidade do ar na região.

13.2. Frente a esse cenário, cabe a Administração adotar medidas que minimizem tais impactos, e promover uma gestão ambientalmente responsável. A implementação de ações preventivas e de contingência é indispensável para eliminar ou reduzir os riscos associados ao abastecimento da frota. Entre as estratégias recomendadas, destacam-se:

a) Manutenção preventiva e uso eficiente dos veículos: Implantar práticas regulares de manutenção preventiva e fomentar a conscientização acerca do uso eficiente dos veículos, de modo a otimizar o consumo de combustível

b) Gerenciamento do uso dos veículos: O gerenciamento eficiente da frota é uma prática crucial para promover uma mobilidade sustentável e consciente. Essa abordagem busca otimizar a utilização dos meios de transporte, garantindo que sejam empregados com a capacidade adequada de passageiros, com vistas a diminuir viagens



Prefeitura do Município de Angatuba

Estado de São Paulo

desnecessárias e, conseqüentemente, reduzir os impactos ambientais. A adoção de estratégias de compartilhamento e uso inteligente dos veículos pode gerar uma redução significativa na emissão de gases poluentes. Além de contribuir para a preservação ambiental, a racionalização do uso da frota traz benefícios econômicos, ao otimizar os recursos disponíveis e reduzir os custos operacionais, tais como manutenção e consumo de combustível.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. O Estudo Técnico Preliminar trouxe informações importantes acerca da necessidade de contratação de empresa para fornecimento de gasolina comum e diesel S10. Concluímos que este ETP evidencia que a contratação pretendida é viável e necessária para viabilizar o abastecimento da frota municipal.

15. ANEXOS

15.1. São anexos do presente ETP os seguintes documentos:

Anexo I – Estimativa das quantidades e valores a serem contratadas – por setor;

Anexo II – Nota técnica – relatório da pesquisa de preços.

Angatuba/SP, 24 de março de 2025.

Vivian Pereira da Costa

Responsável pela elaboração

Cargo / nº de matrícula: Coordenadora / 2473

Aprovo o presente ETP:

Adules Cerejo Dias

Secretário(a) Municipal de Segurança Pública e Trânsito

Nº de matrícula: 4012



Prefeitura do Município de Angatuba
Estado de São Paulo

ANEXO I

Estimativa das quantidades a serem contratadas – por setor



Prefeitura do Município de Angatuba
Estado de São Paulo

ANEXO II

Nota Técnica – relatório da pesquisa de preços



Prefeitura do Município de Angatuba
Estado de São Paulo

Cotações obtidas com refinarias e distribuidoras de combustíveis: